



COIMBRÁ:
DA CRÍSE
A REFORMA

A Universidade continuará a abrir-se apenas a uma minoria seleccionada

• depoimento do dr. Vital Moreira

O que pensam os professores das linhas gerais da Reforma? Como a vêem e como a encaram? Têm dois meses para o dizer publicamente. Depois? É a reforma na prática. Ou a impraticabilidade da reforma. Todavia, para já é o depoimento de um professor-assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — o dr. Vital Moreira. Um jovem assistente.

1. O sistema educativo adquiriu uma importância de que se não poderia suspeitar ainda há duas ou três décadas.

Dois razões se podem aduzir para esse facto:

a) O carácter fundamentalmente industrial da estrutura económica, assente no progresso das forças técnicas de produção, exige e tem como condição um sistema educativo amplo e relativamente aberto, que providencie as necessárias qualificações técnicas e científicas e funcione como sistema de integração cultural (ideológica) da sociedade industrial, substituindo nesta função os sistemas tradicionais (família e religião).

b) A importância do sistema educativo advém-lhe, por outro lado, do seu papel de acelerador ou fomentador do desenvolvimento económico e social e ainda do facto de que, sendo hoje assalariado a maior parte da população activa, é o sistema educativo que determina mais ou menos estritamente o lugar de cada um na escala profissional.

Estas duas observações explicam, por um lado, a necessidade de reformas no sistema educativo, por outro lado, o especial significado e as grandes expectativas que nelas se depositam, em particular na da universidade-chave de todo o sistema educativo.

cas da formação social portuguesa são um limite às possibilidades de movimentação do sistema educativo, ou postular uma dinâmica independente e determinante deste, seria dar provas de uma singular imunidade à evidência histórica e à realidade presente. Mas também significaria ser-se prisioneiro de um assaz simplista mecanicismo afirmar da anunciada reforma que ela não visa outros objectivos que responder às necessidades — actuais, manifestadas — do «capitalismo concentracionista» (monopolista) português.

De qualquer maneira, isso não é uma crítica — é uma explicação.

Por tudo isto, a crítica do projecto de reforma, como tal, exigiria que se colocassem entre parêntesis os indicados limites objectivos exteriores, e que a reforma fosse apreciada, não em função do melhor sistema educativo, mas sim em função daquilo que é possível, considerando como dados as relações estruturais determinantes do conjunto da sociedade portuguesa.

3. Há reformas e reformas — as «possíveis» e as «impossíveis». Ora, mesmo pressupondo que a variável política continue a dar luz verde, o que tem de afirmar-se é que — embora falem estudos concretos (anunciados, mas não ainda publicados) sobre esses meios: projecções da população escolar, necessidades de pessoal docente, equipamento, etc. — certas dúvidas surgem quanto à possibilidade de alguns dos principais objectivos do projecto virem a ser alcançados a curto ou a médio prazo. A actual estrutura de prioridades das despesas públicas não deixará de fazer sentir aqui o seu peso.

Estas observações servem apenas como exemplo da conveniência de não se to-

carem trombetas por resultados cuja consecução efectiva e em tempo útil é (ainda) bastante problemática.

ESTRUTURA AUTORITÁRIA

4. Há reformas e reformas — as «boas» e as «más». Embora tais juízos tenham de estar sujeitos a uma cuidadosa margem de relatividade, a reforma deve ter-se por boa quando vem favorecer um melhor desempenho das tarefas que objectivamente devem ser as daquilo que se reforma.

Em que medida — que isso acontece — em relação ao projecto das linhas gerais do ensino superior — aquele a que se deu prioridade de reforma?

a) Esse projecto, além de soluções longas e unanimemente reivindicadas, mas de relativamente escassa importância (por exemplo, supressão das provas de aptidão), contém certas outras disposições de princípio que, embora correspondendo, também, a antigas e instantes exigências (por ex.: autonomia da Universidade), só ganharão significado perante a sua for-

mulação legislativa concreta e, mais ainda, na sua actuação prática.

A este respeito, deve, desde logo, notar-se que todos os órgãos individuais de governo da Universidade — reitores e vice-reitores, directores e subdirectores de Faculdades, directores de departamento, directores dos institutos de investigação —, continuam a ser de nomeação ministerial — ainda que, agora, escolhidos de entre uma lista de três nomes eleitos, ou por proposta de outro órgão —, o mesmo acontecendo com o órgão executivo máximo previsto: o Conselho Directivo. Em relação a eles certamente não deixará de valer a afirmação do estatuto universitário vigente segundo a qual se trata de «representante(s) do Governo junto da Universidade» — e não o inverso.

Aliás, este domínio da organização da Universidade não será, decerto, aquele que levantará menos reservas. Efectivamente, em alguns pontos, o projecto agrava soluções, ou mesmo retrocede, em relação ao actual estatuto (de 1930).

b) Mas, se o projecto não altera, sensivelmente, a

actual estrutura autoritária da Universidade, algumas modificações significativas se constatarem no conjunto do texto.

A ênfase dada à investigação científica, a possibilidade de no governo da Universidade virem a estar representados os interesses económicos, e de a Universidade se vir a encarregar, por encomenda, de projectos de investigação aplicada, tudo isto sugerindo uma colaboração entre a indústria e a Universidade, viola a imagem da tradicional Universidade aristocrática — formadora de «élites» que havia de governar ou preencher os quadros da administração — fechada sobre si, cuidadosamente imunitizada face aos vírus do exterior. Com efeito, falar agora de uma porta aberta para a «industrialização da Universidade» pela colaboração ou concerto entre as Universidades e as (grandes) empresas — não é, nesta perspectiva, levantar apenas um «quantalho».

CARÁCTER PROSPECTIVO

c) Entre as «duas culturas» — a «literária» ou clássica e a científica — o

projecto coloca o acento manifestamente sobre a última.

Este relevo atribuído no sistema educativo universitário à investigação e à ciência corresponde a exigências de formações industriais avançadas, nas quais a ciência se tornou a principal força de produção, e manifesta o carácter historicamente situado, mas simultaneamente prospectivo, desta reforma.

d) Contudo, esta acentuação da investigação científica não significa que o projecto coloque a Universidade ao serviço de «técnicas (imediatamente) utilitárias». Pelo contrário a Universidade continua a ser uma formadora de «élites», não uma fábrica de técnicos em massa. Esta última função foi deixada a outras «escolas superiores» que não a Universidade: Institutos Politécnicos (que conferirão «sempre um título profissional») e outros institutos especiais.

Esses dois planos do ensino superior representam o coroamento de uma outra separação — que se inicia imediatamente a seguir ao ensino básico — entre a via

CRÍTICA E EXPLICAÇÃO

Uma reforma é uma reforma. Se pretende alterar uma dada situação, não é, contudo, uma revolução. Nem parece crível que esta pudesse começar pelo sistema educativo, em geral, ou pelo sistema universitário, em particular. Negar que as relações económicas e sociais tipic-



Dr. VITAL MOREIRA

— Há reformas e reformas

que segue para a Universidade (licen «clássico») e aquela que a ela normalmente não conduz (agora designada por «licen técnico»). A existência de duas vias — e dois níveis — de ensino corresponde, por sua vez, a uma separação real na estrutura social, que constitui um dos tais limites objectivos de que se falou no início.

e) A Universidade, dispensadora dos graus académicos mais elevados, centro da mais alta cultura e da investigação mais profunda, continuará a abrir-se apenas a uma minoria seleccionada, vedada a todos aqueles que continuarão a ter que ficar pelo caminho — a maioria não ultrapassando o primeiro grau, alguns nem sequer o concluindo — ou a escolher a via mais «pobre», mais «utilitária», mas também mais curta e menos custosa — licen técnico (+ instituto politécnico) — por motivos alheios à sua vontade (e contra ela!) e à sua capacidade intelectual.

Alterar essa situação não está, porém, ao alcance da reforma. Não há que recriá-la por isso; é reforma o que é de reforma...